

RESEX e a Resistência Re-existente: Intersecções de Abordagens Decoloniais e Conflitos Socioambientais

Uriens Maximiliano Ravena Cañete – uriensmax@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa Reservas Extrativistas (RESEX) como estratégia de enfrentamento às violações socioambientais causadas por grandes projetos no sul global. Discute a espoliação territorial e as "zonas de sacrifício", destacando como a RESEX promove resistência e empoderamento. Foca na capacitação de lideranças e no papel das Colônias de Pescadores, exemplificado pela proposta de RESEX-Marinha no Amapá. A análise enfatiza uma "epistemologia decolonial" para desafiar lógicas extrativistas e de dominação. Conclui que a RESEX é um mecanismo crucial de defesa territorial e afirmação cultural para grupos historicamente invisibilizados, contribuindo para a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

Palavras-chave

Reservas Extrativistas; Decolonialidade; Resistência Socioambiental; Empoderamento Social

Introdução

A expansão de grandes projetos de desenvolvimento no sul global tem gerado profundas violações socioambientais, exacerbando desigualdades e criando "zonas de sacrifício" onde comunidades e ecossistemas são sistematicamente explorados em nome do progresso econômico. Observa-se que, desde os anos de 1980, conflitos socioambientais sobre recursos pesqueiros na costa amapaense revelam um cenário de imposição de Unidades de Conservação de proteção integral e invasão de frotas pesqueiras externas, que resultaram na espoliação territorial e social de pescadores locais, transformando a região em uma zona de sacrifício para as comunidades tradicionais (Santos, 2007; Ravena-Cañete et al., 2015; Bentes, 2004; Mourão et al., 2009).

Nesse cenário, as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) emergem como ferramentas de política pública e organização social, concebidas para conciliar a conservação ambiental com a garantia dos direitos e do modo de vida de comunidades tradicionais. Conforme suas diretrizes, as RESEX visam "Garantir que as comunidades tradicionais extrativistas tenham segurança sobre seu território, protegendo seus meios de vida, cultura e conservar a biodiversidade" (Conforme propostas oficiais de criação de RESEX no Amapá, 2025). Ao contrário de modelos preservacionistas que historicamente

desconsideraram a presença humana, as RESEXs reconhecem a integração dos povos ao ambiente, figurando o modo de vida e a cultura como objetos de preservação conjunta com o meio ambiente (Diegues, 2001; Almeida, 2008a). O objeto de estudo central deste trabalho é compreender como a instituição de RESEXs, aliada ao empoderamento de lideranças e instituições como as Colônias de Pescadores, pode atuar como uma estratégia eficaz de enfrentamento e empoderamento contra as violações socioambientais de megaprojetos.

A questão central que este trabalho busca responder é: Em que medida as RESEXs, com foco na capacitação de lideranças e no fortalecimento de instituições locais, configuram-se como estratégias de enfrentamento e empoderamento social frente aos impactos de grandes projetos e às dinâmicas de neo-extrativismo?

Os objetivos são: (a) identificar o papel das Colônias de Pescadores na proposição e gestão de RESEXs; (b) analisar a contribuição da capacitação de lideranças para o fortalecimento das estratégias de resistência; e (c) discutir como as RESEXs desafiam as lógicas de "zonas de sacrifício" e promovem uma garantia de direitos a partir do resguardo e garantia legítima dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

A relevância do trabalho reside na sua contribuição para a literatura sobre socioambientalismo e resistência, ao aprofundar o entendimento sobre a eficácia das RESEXs como instrumentos de justiça social e ambiental. Para as comunidades afetadas, o estudo visa destacar modelos bem-sucedidos de organização e empoderamento, oferecendo insights para futuras ações de defesa territorial e cultural. A estrutura do trabalho seguirá com a metodologia, os resultados da análise, a discussão crítica e as conclusões.

Metodologia

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pautada na pesquisa de campo e na etnografia colaborativa (Gil, 2002; Tripp, 2005; Vasco, 2007). O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de duas viagens presenciais à região, realizadas em dezembro de 2022 e em fevereiro de 2023. Em cada uma dessas estadias, que tiveram duração de aproximadamente oito dias, o pesquisador buscou um diálogo aprofundado e uma compreensão imersiva da realidade local, estabelecendo aliança com o Presidente da Colônia de Pescadores do Oiapoque (CPOZ-3) e com diversas lideranças de comunidades adjacentes. Essa interação pautou-se em diálogos de caráter etnográfico, visando captar as perspectivas e os conhecimentos locais.

O aprofundamento da pesquisa e o engajamento com a comunidade foram formalizados a partir de 2024, com o firmamento de um termo de compromisso de um ano com a Colônia de Pescadores. Como parte desse compromisso, foram conduzidos treinamentos e oficinas voltadas ao fortalecimento institucional e à autonomia dos pescadores. As capacitações incluíram a construção e organização de bases de dados, o tratamento e análise de dados, promovendo uma maior organização e gestão autônoma das informações da Colônia. Complementarmente, foram realizadas oficinas sobre Unidades de Conservação, legislação ambiental (incluindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), visando instrumentalizar os participantes com conhecimentos jurídicos e conceituais essenciais para a defesa de seus direitos (MMA, 2023; Brasil, 1989).

O corpo teórico-analítico do estudo foi guiado por conceitos como neo-extrativismo, zonas de sacrifício, resistência e decolonialidade, amplamente discutidos na literatura (Quijano, 2005; Casanova, 2003; Latour, 2004; Escobar, 2016; Guerrero Arias, 2010), buscando compreender as complexas interações entre os atores e os territórios, à luz das evidências coletadas diretamente em campo e do processo de capacitação.

Resultados

A pesquisa de campo e o trabalho colaborativo revelaram um cenário complexo de violações socioambientais e estratégias de resistência, com as Reservas Extrativistas (RESEX) emergindo como um pilar de enfrentamento e empoderamento. As informações coletadas diretamente junto às comunidades e à CPOZ-3, aliadas às propostas de criação de RESEX, detalham quatro iniciativas de Reservas Extrativistas Marinhas na Costa do Amapá, que visam "garantir que as comunidades tradicionais extrativistas tenham segurança sobre seu território, protegendo seus meios de vida, cultura e conservar a biodiversidade". O histórico documentado e os relatos orais confirmam uma mobilização contínua desde 2005, com pescadores e entidades locais reivindicando a criação dessas áreas protegidas.

O estudo de caso central, focado na proposta de RESEX-Marinha liderada pela CPOZ-3, demonstrou que essa proposição é uma resposta direta a um longo histórico de conflitos, incluindo o deslocamento forçado de comunidades devido à criação de um Parque Nacional em 1980, sem consulta prévia (Santos, 2007), e a intensificação da pressão sobre os territórios pesqueiros por frotas externas, transformando a área em "zona

de sacrifício" para os pescadores locais (Bentes, 2004; Mourão et al., 2009; Ravena-Cañete et al., 2015).

O protagonismo da liderança da CPOZ-3, em articulação com as comunidades, é um elemento central. Sua visão de uma RESEX-Marinha que abranja toda a costa amapaense, com 12 milhas de espelho d'água, representa uma "epistemologia decolonial" e um "olhar subversivo" (Ravena-Cañete et al., 2015; Quijano, 2005). Essa proposta visa a compensação permanente da população tradicional expropriada e o benefício dos pescadores de pequeno porte, ao mesmo tempo em que mantém as prerrogativas de preservação ambiental (Almeida, 2008a; Ravena-Cañete et al., 2015).

Um dos resultados mais significativos do trabalho foi o impacto direto das qualificações e capacitações realizadas em 2024. O treinamento intensivo foi crucial para a sistematização dos dados de pesca, resultando na construção de um Dashboard com informações essenciais sobre a atividade pesqueira (Conforme informações da CPOZ-3, 2023). Houve um notável aprimoramento das bases de dados, especialmente dos cadernos de bordo, que agora expressam de forma simplificada a quantidade pescada, o local de pesca e outros dados importantíssimos para a gestão pesqueira. Essa organização de dados foi um fator determinante para a renovação do Termo de Compromisso para a pesca dentro do Parque Nacional do Cabo Orange (Cañete, 2014; Ravena-Cañete et al., 2015). Além disso, as qualificações e capacitações corroboraram e auxiliaram no desejo e na fundamentação da institucionalização das quatro propostas de RESEX Marinha em toda a costa amapaense, ao munir a Colônia com dados e argumentos técnicos. Como resultado geral, observou-se uma compreensão aprimorada da gestão pesqueira especializada a partir dos dados, o que caracteriza um processo de empoderamento positivo e concreto para a CPOZ-3 e as lideranças envolvidas. A interlocução com outras RESEX já estabelecidas em outras regiões, como no Pará (Lima, 2022; Neves, 2020), também se mostrou um exemplo de estratégia de empoderamento, visando a troca de conhecimentos e experiências em gestão.

Contudo, apesar da robustez das propostas e da mobilização comunitária, o processo de instituição das RESEX Marinhas no Amapá tem enfrentado significantes obstáculos externos. A pesquisa evidenciou que as consultas públicas, previstas para abril de 2025, foram adiadas por um órgão ambiental federal para um "momento mais oportuno" (Conforme histórico de propostas de criação de RESEX no Amapá, 2025). Embora o motivo exato não tenha sido divulgado, as conversas em campo e a análise do contexto político local indicam que o adiamento está ligado aos interesses de

desenvolvimento econômico da região e à exploração de petróleo na Margem Equatorial (Conforme análises sobre blocos de petróleo na Margem Equatorial, 2025). Esse cenário é reforçado por declarações de autoridades estaduais que criticam as propostas das RESEX, classificando-as como prejudiciais a "projetos estratégicos" para o estado. Tais adiamentos evidenciam a persistência das disputas de interesses sobre o território e a vulnerabilidade das propostas comunitárias frente a pressões econômicas e políticas.

Discussão

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo e do trabalho colaborativo demonstram que a instituição de Reservas Extrativistas, como a proposta para a costa do Amapá, representa um poderoso mecanismo de enfrentamento e empoderamento social contra as lógicas do neo-extratativismo e a imposição de zonas de sacrifício. A "epistemologia decolonial" de lideranças comunitárias, observada e apoiada diretamente no campo, desafia o modelo hegemônico de gestão territorial, que historicamente tem relegado povos tradicionais à invisibilidade e à marginalização. O caso da criação de um Parque Nacional na região, que resultou no deslocamento compulsório de comunidades, é um exemplo contundente de como Unidades de Conservação de proteção integral, criadas em um contexto autoritário, atuaram como um "totalitarismo", desconsiderando a presença humana e promovendo injustiças sociais (Diegues, 2008; Santos, 2007).

A proposta da CPOZ-3 para uma RESEX-Marinha que abranja toda a costa amapaense não é apenas uma reivindicação territorial, mas uma redefinição do que significa sustentabilidade. Ao invés de uma sustentabilidade imposta de cima para baixo, ela emerge como uma construção coletiva, enraizada no conhecimento ecológico local e nas práticas de manejo dos pescadores (Furtado, 2002; Almeida, 2008a). Isso dialoga diretamente com as discussões sobre o neo-extratativismo, que problematiza a "sustentabilidade" como um mero discurso corporativo, expondo a realidade exploratória dos grandes empreendimentos, como a exploração de petróleo que representa um vetor de pressão sobre a Margem Equatorial. A resistência de grupos invisibilizados, como os pescadores que sofreram deslocamento forçado, manifesta-se na busca por reparação e reconhecimento de seus direitos, transformando a RESEX em um espaço de ressignificação cultural e territorial (Escobar, 2016; Almeida, 2004).

Em um cenário de crescente avanço do neo-extratativismo, materializado pela iminente exploração do bloco FZA-M-59 na Margem Equatorial (Conforme análises sobre blocos de petróleo na Margem Equatorial, 2025), o desejo histórico de criação destas RESEX Marinhas, nutrido desde 2005 pela liderança da CPOZ-3 (Conforme

histórico de propostas de criação de RESEX no Amapá, 2025; Ravena-Cañete et al., 2015), assume uma nova e crucial dimensão. As propostas de RESEX, juntamente com os Termos de Compromisso existentes, que permitem a pesca tradicional em áreas específicas (Cañete, 2014), emergem como formas concretas e eficazes de enfrentamento a esse modelo desenvolvimentista predatório. Mais do que meras áreas protegidas, essas unidades e acordos configuram-se como bastiões para a garantia de território sociocultural, onde o modo de vida, a cultura e a relação intrínseca dos povos com o ambiente são preservadas e reafirmadas diante de ameaças externas (Little, 2002).

A vivência em campo revelou a materialidade e a urgência da notícia do adiamento das consultas públicas para a criação das RESEX Marinhas no Amapá (Conforme histórico de propostas de criação de RESEX no Amapá, 2025). As conversas com as lideranças confirmaram as especulações de que esse adiamento está intrinsecamente ligado aos interesses de desenvolvimento econômico e à exploração de petróleo na Margem Equatorial (Conforme análises sobre blocos de petróleo na Margem Equatorial, 2025). A crítica de autoridades estaduais à proposta das RESEX, por supostamente "prejudicar projetos estratégicos", expõe a forte oposição política e econômica que permeia o debate e reforça a dinâmica de "zona de sacrifício" para as comunidades locais em prol de interesses macroeconômicos. Este cenário sublinha a complexidade da "sustentabilidade" como discurso versus a realidade exploratória dos grandes empreendimentos e a influência de forças políticas que, muitas vezes, alinham-se a esses interesses desenvolvimentistas em detrimento dos direitos socioambientais (Latour, 2014).

O processo de qualificação e capacitação vivenciado pela CPOZ-3 exemplifica a potência do empoderamento via instrumentalização do conhecimento. A capacidade de sistematizar dados de pesca, expressa na construção do Dashboard e no aprimoramento dos cadernos de bordo, transcende a mera organização; ela confere à Colônia uma base informacional robusta e autônoma. Essa expertise na gestão pesqueira especializada, baseada em dados próprios, não só otimizou a renovação do Termo de Compromisso dentro do PNCO, garantindo a continuidade de um direito de pesca vital, mas também fortalece substancialmente a reivindicação para a institucionalização das propostas de RESEX Marinha em toda a costa amapaense (Conforme informações da CPOZ-3, 2023). Em um contexto de disputas e assimetrias de poder, a apropriação dessas ferramentas e a compreensão da gestão pesqueira a partir de dados próprios transformam os pescadores de meros objetos de políticas públicas em sujeitos ativos e propositivos, capazes de

dialogar em pé de igualdade com órgãos governamentais e de defender seus interesses com base em evidências concretas (Rappaport, 2007; Fals Borda, 2015). A troca de experiências com outras RESEX já consolidadas, estimulada pela pesquisa, demonstra a construção de redes de solidariedade e conhecimento horizontal, essenciais para a resiliência e o avanço das políticas públicas com participação popular (Ribeiro & Escobar, 2008). O processo de empoderamento observado em campo valida a hipótese de que a instrumentalização das comunidades com conhecimentos técnicos e legais as torna atores mais fortes no cenário de disputa.

As implicações para a política pública são claras: é fundamental reconhecer e apoiar as iniciativas de base, descolonizando os processos de decisão e incorporando as epistemologias locais (Quijano, 2005). As limitações do estudo, como a delimitação geográfica e temporal da pesquisa de campo, não diminuem a robustez das evidências coletadas e da análise realizada. As conclusões reforçam a tese de que as RESEXs, quando impulsionadas por lideranças capacitadas e instituições comunitárias fortes, são ferramentas poderosas de resistência e empoderamento, capazes de subverter as lógicas de dominação do neo-extrativismo e de construir um futuro mais equitativo e sustentável, apesar dos desafios e recuos impostos por interesses econômicos e políticos dominantes.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Manaus: EDUA, 2008a.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 35-52, 2004.
- BENTES, B. S. *Diagnóstico da Pesca no Litoral Paraense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2004.
- BRASIL. DECRETO Nº 98.145, DE 15 DE SETEMBRO DE 1989.
- CAÑETE, Uriens Maximiliano Ravena. *Pesca artesanal no Parque Nacional do Cabo Orange: contextos de conflito socioambiental e estratégias de manejo alternativo*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2014.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno. Una redefinición. *Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo*. México: Universidad Autónoma de México, 2003.

- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP; CEC, 2008.
- ESCOBAR, A. Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Territórios*, v. 3, n. 6, 2016.
- FALS BORDA, O. *Una sociología sentipensante para América Latina*. México, D.F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, Belém, v. 18, n. 1, 2002.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUERRERO ARIAS, P. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). *Calle14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, [S. l.], v. 4, jul.-dez. 2010. Disponível em:
- LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do antropoceno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, nov. 2014. Disponível em:
- LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na modernidade*. Bauro, SP: EDUSC, 2004.
- LIMA, Paulo Victor Sousa. *Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense*. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Série Antropologia 322, 2002.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Áreas Protegidas. [Informações sobre Unidades de Conservação]. Brasília: MMA, 2023.
- MOURÃO, K. et al. Sistema de produção pesqueira pescada amarela - *Cynoscion acoupa Lacèpede* (1802): um estudo de caso no litoral nordeste do Pará – Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 35, n. 3, p. 497-511, 2009.
- NEVES, E. Participação comunitária na gestão de recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara (PA). *GeoTextos*, v. 16, n. 1, p. 37-61, jul. 2020.

- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- RAPPAPORT, Joane. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, v. 43, p. 197-229, jan.-dez. 2007.
- RAVENA-CAÑETE, Uriens Maximiliano; RAVENA-CAÑETE, Voyner; MAGALHÃES, Sônia Maria Simões Barbosa. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 18, n. 3, dez. 2015.
- RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. Popayán: The Wenner Green Foundation; CIESAS; Fundación Enviñón, 2008.
- SANTOS, S. M. S. B. M. *Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443–466, set. 2005.
- VASCO, Luis Guillermo. Así es mi método en etnografía. *Tabula Rasa*, Bogotá – Colombia, n. 6, p. 19-52, jan.-jun. 2007.